

CORPO DEFICIENTE: UM DESVIO DA NORMA?

Eucenir Fredini Rocha *

ROCHA, E.F. Corpo Deficiente: Um Desvio da Norma? Rev. Ter. Ocup. USP, 2 (4):182-187, 1991.

RESUMO

Este artigo como se constroi a representação social do corpo deficiente e qual o lugar que é ocupado pelas pessoas que o possuem em nossa sociedade, o corpo humano a partir de século XX passa a ser coisificado a fim de atender às necessidades da ordem burguesa vigente, ou seja, ele deve corresponder aos padrões específicos de funcionalidade e estética adequados e ao consumo, qualquer transgressão destas expectativas torna o indivíduo portador de uma deficiência física, estigmatizado e marginalizado socialmente. O processo de estigmatização se dá através da generalização das predicções atribuídas ao corpo deficiente a toda a sua individualidade: "incapaz", "improdutivo", "assexuado", "anti-estético", etc.. Enfim a totalidade da pessoa portadora de deficiência física a ser encarada como desviante da Norma vigente.

DESCRITORES

Deficientes, psicologia. Deficientes, história. Reabilitação. Socialização

"Eu não acho legal a palavra deficiente. Uma vez eu cheguei ate a falar que o deficiente era aleijado maquiado. Na hora em que a gente aprende a conviver com essa palavra "aleijado", vai ser muito melhor para o deficiente e até mesmo para quem não é, porque a gente percebe que muitas vezes o pessoal tenta dizer a palavra aleijado para agredir. Os mais simples, eu conheço pessoal que não tem outra palavra para chamar, então eles chamam aleijado. Mas uma simplicidade bem de roça, bem de interiorzinho.

Agora, na sociedade daqui, da cidade grande, algumas pessoas chamam para agredir. Se o próprio aleijado convivesse com essa palavra, logo, logo ela passaria de ser um tabu e passaria

a ser uma palavra simples como um "sapato", uma "roupa", uma "chave", um "quadro". Ninguém se ofende quando a gente fala a palavra "quadro"....." (Nina) ¹.

"Não sei se de repente você tem um filho, ele cresce e se torna homossexual, é difícil, complicado. Você vai aceitar? É mais ou menos por aí, talvez até aceita da sua vizinha, de alguém que você conhece, teu filho é complicado... Eu até entendo o lado do meu pai, não aceito, mas entendo.

Hoje eu incentivo todos os deficientes que queiram namorar, desde que eles queiram. As barreiras são muito grandes..." (José Roberto) ¹.

Este artigo é uma reprodução parcial e modificada da dissertação de mestrado: "Corpo deficiente: em busca da reabilitação? Uma reflexão a partir da ótica das pessoas portadoras de deficiência física".

* Docente do Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

1 Nina e José Roberto são portadores de deficiência física foram entrevistados para a pesquisa da dissertação acima mencionada

Introdução

A introdução do Taylorismo emergiu no início do século XX, como um dos instrumentos da burguesia capaz de transformar o corpo do trabalhador em um corpo produtivo, submisso e alienado ao trabalho.

Foi através da divisão radical entre trabalho intelectual e trabalho manual, da imposição de um ritmo de produtividade a partir da máquina e não do homem e das tarefas cada vez mais simples, repetitivas e despersonalizantes que alienam o trabalhador da produção, que o taylorismo adaptou o corpo do operário às situações adversas do trabalho industrial.

Tal modalidade de organização do trabalho foi posteriormente expandida para outros setores além do industrial, imprimindo a sua ação no corpo dos trabalhadores em geral na sociedade contemporânea, Dejours⁵). O corpo transforma-se desse modo em instrumento do trabalho, executor passivo: corpo soldado.

Uma das expressões da Norma do século XX é a capacidade para a produtividade, sendo que para tanto o corpo deve estar apto para o trabalho. Corpo produtivo passa a ser aquele que não é doente: constrói-se aí a sua contrapartida complementar: o corpo improdutivo, corpo doente, logo desviante da norma.

No entanto, outros atributos, produzidos a partir dos interesses do capital, acrescentam-se ao "saudável" e "produtivo" na definição de "corpo normal".

Na verdade, os atributos constitutivos do padrão corporal contemporâneo, nada mais são do que a expressão dos valores da burguesia que são perpassados para as diferentes classes sociais, como forma de dominação, despertando a vergonha de classe e estipulando regras e necessidades padroni-

zadas, as quais devem ser cumpridas e sanadas a partir do consumo (Boltanski, 1979:183)¹.

(Medina, 1987:50)⁹ coloca que o homem hodierno concebe a si mesmo "... como egos isolados "dentro" dos nossos corpos...", representação feita ainda pela influência do pensamento cartesiano que separa corpo e mente. Dessa forma, na medida em que não somos nosso corpo, mas algo que queremos e desejamos ter, ele deve ser adquirido. A indústria de cosméticos, de estética, da moda, da saúde, do esporte, emerge aí como extremamente rentável, ao mesmo tempo que responde aos desejos da Norma vigente, recriando padrões de normalidade, ou seja atualizando-a cada vez mais dentro da lógica do consumo e produtividade.

A racionalização de todas as atividades humanas a partir do princípio de torná-las úteis ao trabalho, ou seja, tornando tudo que é condenável pela ética puritana, por não ser produtivo (o lazer, o esporte, a literatura, o vestuário, a sexualidade, entre outros), em aceitável, visa transformá-las em outras estratégias de controle dos homens para o consumo e o consumo útil para a produção.

Dentro dessa perspectiva as ciências e suas produções tecnológicas voltadas ao estudo do corpo engendram teorias parciais sobre este, como por exemplo, as ciências da alimentação que tratam das "rações alimentares", a análise mecânica dos movimentos ligada à racionalização das necessidades da produção ou das atividades lúdicas (esporte, dança por exemplo), entre outros, cumprem suas funções específicas de domesticação das classes populares, reduzindo assim o corpo "...a uma única de suas propriedades ou de suas dimensões - máquina técnica para o nutricionista, sistema de alavancas para o analista de movimentos...". (Boltanski, 1979:116)¹.

No entanto, ao se fragmentar o corpo em partes dissociáveis, como que objetos únicos e incomunicáveis, criam-se vários corpos: o circulatório, o esquelético, o neurológico, o cardíaco.

Como consequência, o homem fica alienado de seu próprio corpo, pois suas partes constitutivas têm vida própria, independentes umas das outras e todas de si mesmo. Qualquer desordem em um dos seus sistemas corporais tem que buscar soluções específicas consumidas como qualquer outro objeto, alienadas de sua totalidade, que são sempre soluções de fora para dentro.

Assim, como ressalta Foucault (1974:96)⁶, o corpo que surgiu com as instituições de controle é totalmente diferente daquele do século XVIII, que era feito para ser supliciado e castigado, a partir de um padrão moral.

Nos séculos XIX e XX o corpo é instrumento, objeto passível de ser construído e reconstruído, a fim de se tornar apto para o trabalho. A qualidade de objeto técnico e técnico-instrumental (Chauí, 1974:169)³ afirma-se, portanto, em nosso século, concebendo o corpo novamente como máquina, agora a partir do modelo do computador:

“Pensando a partir do computador, o corpo deixa de ser pensado como vida e processo vital no sentido antigo em que vida era relação com o meio, reprodução, capacidade de auto-regulação por uma avaliação do ambiente (sentir a agressividade ou hostilidade do meio, confiar no meio mantendo o equilíbrio, estabelecer relação competitiva com o ambiente, através da adaptação como vitória sobre as condições dadas, aptidão que permitia distinguir a saúde e a doença pelo critério da capacidade para criar normas vitais novas e da incapacidade para isto, reagindo ao meio de modo monótono e catastrófico).

O novo modelo elimina a relação com o exterior: o corpo realiza por si mesmo operações e cálculos para conservação de seu “programa”, isto é, do código genético (grifo do autor)” (Chauí, 1974:169)³.

Assim, o princípio de realidade do homem contemporâneo e a representação social dada ao seu corpo está condicionado a uma super repressão de sua expressão própria aliada ao princípio de rendimento na produção, como esclarece Marcuse em *Eros e Civilização* (apud Chauí, 1984:157)³. Culpa-se, humilha-se, diminui-se aquele que não produz o proposto e não consome o estipulado, submetendo cada homem aos critérios do status quo, e não mais aos da relação que estabelecemos, em sua totalidade, entre nosso corpo, a Natureza e a Cultura.

Corpo Deficiente: Um Desvio da Norma?

Analisar a questão do desvio em nossa sociedade não é uma tarefa simples, principalmente quando nos referimos ao desvio corporal: o corpo deficiente. Velho, 1981:11)¹¹ coloca que o problema do desvio em nossa sociedade, a nível do senso comum, tem sido remetido a uma perspectiva da patologia. A nível científico observa-se duas tendências ao estudar os comportamentos desviantes: o psicologismo e o sociologismo.

Em ambas as perspectivas o indivíduo desviante é considerado a partir dos paradigmas médicos preocupados em distinguir o “são” do “não-são”. O “mal” seria uma entidade depositada no indivíduo, definido ou como um fenômeno endógeno ou mesmo hereditário (Velho, 1981:19)¹¹. Tratar-se-ia, portanto, de diagnosticar o “mal” e tratá-lo.

Essa abordagem transforma a realidade individual em algo independente da sociedade e da cultura, deforma o processo de conhecimento, desconsiderando que a vida

cultural é multifacetada e dinâmica e, finalmente, desconsidera que o desvio é uma produção decorrente das relações interpessoais, dos que os cometem e dos que reagem, ou seja, está inserida na dialética das relações sociais (Velho, 1981:21)¹¹.

A partir da contribuição das teorias interacionistas do desvio, especialmente Howard S. Becker (Velho, 1981:24)¹¹, o desviante deixa de ser um inadaptado cultural para ser entendido como um problema político, vinculado a uma problemática de identidade: "... a teoria interacionista do desvio, ao focalizar, ..., o problema da acusação do desvio como forma de conflito político, aponta para mecanismos de poder envolvidos na negociação da realidade, desmitificando os modelos funcionalistas de patologia social..." (Velho, 1981:58)¹¹.

Para (Velho, 1981:27)¹¹ o indivíduo desviante é aquele que: "... não está fora de sua cultura, mas que faz uma "leitura" divergente. Este poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão "normal". Mas em outras áreas divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes".

Assim, o desvio emerge como alvo que transgredir algum tabu, que rompe com algum valor da norma vigente (Rodrigues, 1983:37)¹⁰. Quando se estabelece a transgressão, os traços depreciativos devotados

ao desviante são generalizado de forma simbólica para toda sua totalidade, tornando-o um indivíduo estigmatizado e possivelmente, um marginalizado social.

A cultura dominante ao ditar as normas predominantes, constrói um padrão corporal que deve ser perseguido pelos indivíduos, às custas tanto de castigos como recompensas, até o ponto de se tornar para ele "... um padrão comportamental natural dos seres vivos, como de todos os outros fenômenos da natureza" (Rodrigues, 1983:44)¹⁰. O padrão corporal de nossa sociedade está ligado aos atributos de independência, eficiência e beleza, sendo que uma transgressão dessas, gera sentimentos discriminatórios em relação ao transgressor e sentimentos de inadequação por parte deste.

A pessoa deficiente física, ao apresentar um corpo dotado de alguma anormalidade transgredir tais tabus, torna-se um desviante social. Com o seu corpo imperfeito, ela vivencia impossibilidades e incapacidades corporais, que além de indesejáveis a partir do padrão de produtividade que exige um corpo-máquina perfeito e eficiente, foge aos padrões estéticos de beleza, consumo e de prazer. Assim, a pessoa deficiente física torna-se um estigmatizado social. *

O estigma em nossa sociedade representa mais uma forma de dominação; onde o diferente se subordina ao esquema dessa lógica, exergando em si a culpa pela diferença, o que leva de uma forma geral a

Goffman⁸, utiliza o termo estigma em referência a um atributo profundamente depreciativo, colocando que no entanto, é preciso romper com a linguagem de atributos e se considerar a linguagem de relações "... Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso". Em relação a definição de estigma coloca: "um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser excluído, sendo até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande- Algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem...". (Goffman, 1975:12)⁸

* Maria J. Goldwasser (apud Velho, 1981:30)¹¹ coloca que a idéia de estigmatização e desvio social se aproximam, uma vez que ambas as categorias as constituem a partir de quadro relacionais em sistema de oposições sociais.

perpetuar a condição de “desvio” e a reproduzir os argumentos em que se apoiam as racionalizações da concepção de estigma, constituindo-se assim, em uma forma de segregação e marginalização social.

A partir da estigmatização o deficiente físico compreende seu corpo enquanto objeto de vergonha ao experimentar incapacidades em relação ao padrão vigente de produtividade, afetividade e sexual; idade. Os atributos desabonadores parecem-lhe naturais; sente pena de si, raiva do mundo como se o mesmo o tivesse levado à fatalidade, sem no entanto compreender a lógica das relações que se instauram sobre sua diferença.

É claro que ao internalizar o estigma, o deficiente físico não o faz a partir de uma atitude unilateral, simplesmente por apresentar um corpo diferente e incapacitante para muitas atividades.

Trata-se de um produto das relações sociais estabelecidas com base em determinados valores, assim como a representação que o normal faz do estigmatizado, como demonstram as palavras de Goffman (1974:15)⁸ “... é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.

Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, em nosso discurso diário, como fonte de metáfora e representação, de maneira característica sem pensar seu significado original”.



É importante ressaltar os prejuízos da presença do estigma na vida de uma pessoa, pois esse uma vez introjetado acarretar situações, condições de vida que tendem a perpetuar seu processo de subordinação às regras e normas de caráter marginalizadores, tornando-o também um sujeito passivo diante de uma história, incapaz de rever o destino que a cultura dominante lhe impôs como meta.

A convivência com o estigma deverá portanto, deixar suas marcas no processo de construção de identidade do deficiente físico: “Interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem. Até certa fase esta relação é transparente e muito efetiva, depois de algum tempo torna-se menos direta e visível, torna-se mais seletiva, mais velada (e mais complicada)” (Ciampa, 1987:131)⁴.

Em outras palavras, assim o vêem, mais ele se encara. Perdida dentro de tipificação pejorativa determinada pelo processo de estigmatização, onde não existe individualidade, a pessoa portadora de deficiência física pode ser, e geralmente é, reduzida a

um estereótipo, incorporando em sua subjetividade os valores dominantes que a tornam frágil e segregada.

Sem dúvida, enquanto a deficiência física, assim como outras deficiências ou diferenças, for considerada patologia e desvio

da norma as intervenções científicas/sociais que visam esses grupos estarão objetivando unicamente a perpetuação da segregação, estigmatização e marginalização. A diferença não será considerada, pois será sempre uma ameaça ao exercício do poder do status quo vigente.

ROCHA, F.R. Handcap: normal or abnormal achievement. *Rev. Ter. Ocup. USP*, 2 (4):182-87, 1991.

ABSTRACT

This article discusses how the social image of the defective body is built and which is the place occupied in our society by people who possess such a body.

Understanding that, early on the 20th century, the human body begins to be considered something in order to comply with the requirements of the established bourgeois order, that is, it must correspond to specific function and esthetics patterns suitable to production and consumption, any infringement of these expectations turns stigmatized and socially marginalized any individual having a physical deficiency. The stigmatizing process takes place through the generalization of assertions imputed to the defective body, to all its individuality: "unable", "unproductive", "asexual", "antiaesthetics", etc.

Ultimately, the utterness of the person having a physical deficiency passes through being viewed as deviated from the established norms.

KEYWORDS

Handicaped, psychology. Aandicaped, history. Rehabilitation. Socialization

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. Trad. Regina A. Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 191 p.
2. CADERNOS DA PUC. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro (*Letras e Artes*) 16, 1974.
3. CHAUI, M. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. 234 p.
4. CIAMPA, A.C. *A estória de Severino e a história da Severina*. São Paulo, Brasiliense, 1987. 45 p.
5. DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo e psicopatologia do trabalho*. São Paulo. Cortes Oboré, 1988. 136 p.
6. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 5 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985. 295 p.
7. FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977. 241 p.
8. GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 158 p.
9. MEDINA, J.P.S. *O brasileiro e seu corpo*. Campinas. Papiros, 1987. 135p.
10. RODRIGUES, J.C. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983. 173 p.
11. VELHO, G. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 144 p.